

# VIOLÊNCIA DA ESCOLA: O CURRÍCULO E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Vitória Motta Bernardo Benjamin dos Santos <sup>1</sup>

## RESUMO

A violência racial é um problema que assombra o Brasil desde o começo do seu processo de invasão e colonização portuguesa, ou seja desde os primórdios de sua construção. Sendo assim, ainda hoje a sociedade sofre a reflexão do processo de desumanização que foi implementado a mais de 200 anos atrás, essa ocorre em diversos âmbitos da sociedade, a educação sendo uma delas. Desse modo, o presente artigo busca expor como ocorre a inserção da educação das relações étnico raciais (ERER) no currículo escolar. Esse trabalho foi construído com base em uma observação participante sem intervenção em uma escola municipal da cidade de Recife, em que a turma observada era referente a um grupo V, crianças de cinco anos. O objetivo era analisar como a inclusão de crianças negras e indígenas era realizada dentro do âmbito escolar, por meio de aulas sobre a cultura desses povos, atividades pedagógicas realizadas pela professora, fora e dentro da sala, a análise dos momentos de convivência entre os alunos, como por exemplo, o recreio, averiguando assim o currículo sendo produzido e reproduzido no processo de ensino e de aprendizagem. Os resultados alcançados com o artigo foram a identificação que uma educação que não se compromete com a diversidade dos sujeitos acaba por reproduzir as desigualdades e violências presentes na sociedade. Na análise das aulas e dos livros didáticos e paradidáticos foi possível perceber que trazer diversos mecanismos para trabalhar a questão étnico racial é definitivamente uma ótima abordagem para as crianças.

**Palavras-chave:** Educação, Étnico Racial, Currículo.

## INTRODUÇÃO

“A escravização dos povos africanos foi a tática mais deprimente de inferiorização de uma coletividade. Tudo fizeram para retirar-lhe a humanidade, salvo o momento que valiam moeda. [...] alcançado o objeto do lucro retomavam à desgraça da desumanização, objetos descartáveis e entraram para a história oficial vinculados à única condição de escravos, como uma condição natural, inata, nada mais do que escravo” (Andrade, 2001, p. 19)

Falando sobre a questão étnico-racial e a difusão do racismo no decorrer do processo emancipatório do Brasil, deve-se analisar primeiramente o processo colonial no qual o país foi construído. Ao chegar no território, os portugueses encontraram os povos nativos que aqui habitavam, as comunidades indígenas. Em sua diversidade cultural, esses povos foram menosprezados desde o início, sendo considerados selvagens pela visão europeia, mas não tão selvagens a ponto de não ser possível a

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [vitoria.motta@ufpe.br](mailto:vitoria.motta@ufpe.br)

\* Esse artigo é fruto de um projeto de pesquisa

catequização, que pode ser analisada como o primeiro processo de apagamento cultural e plano educacional existente na sociedade brasileira.

O processo de violência camuflada continua até hoje, ou seja, esse apagamento cultural e invisibilização de certas narrativas e vivências percorreu a sociedade e continua mantendo influência na atualidade. Diferente dos povos indígenas, os povos africanos sofreram um processo de apagamento e violação, desumanização, mais brusco, sendo pensados e construídos para a condição de escravos, como bem falado por Andrade (2001).

Antigamente a forma de violência era as chicoteadas no corpo preso no pau de arara, hoje as chicotadas foram trocadas por falta de representatividade nos currículos escolares e estereótipos. A construção, ou a falta, das identidades negras e indígenas na sociedade deu-se em cima de conceitos e pré conceitos construídos, e trazidos, pelos europeus no processo de colonização que refletem em todos os ramos da sociedade. Como diz Ferreira, Aldeida e Costa (2021) as diferenças entre índios, negros e brancos são tratadas como justificativas para a opressão e produção de subalternização no Brasil.

Buscando analisar e investigar essa desumanização na área educacional, o artigo, tem como foco as questões da violência relacionada com o tema das relações étnico raciais no currículo em ação em uma escola da Rede Municipal Do Recife, durante os meses de julho de 2023 e setembro de 2023. Será averiguado como a inclusão de crianças negras e indígenas, são realizadas dentro do ambiente escolar, por meio de aulas sobre a cultura desses povos, por meio de atividades pedagógicas realizadas pela professora, analisando o currículo sendo produzido na interação entre os alunos como também a análise de livros didáticos e livros paradidáticos disponíveis na sala de aula.

O currículo segundo Araújo (2018) é bem mais do que os conteúdos listados em nível nacional, em documentos oficiais, o currículo é composto por um conjunto de vivências dos estudantes dentro da escola organizado em função de propósitos educativos e de saberes que concretizam o ensino formal e informal, ou seja, tanto pelo currículo prescrito quanto pelo currículo oculto. Logo, todas as trocas que ocorrem dentro do ambiente escolar acabam por sofrer influência do currículo e vice-versa. Ao analisar as vivências de cada aluno o educador pode averiguar a maior necessidade de cada indivíduo, e para isso não é necessário fazer uma prova diagnóstica, por exemplo.

O Currículo oculto como diz Silva (2000) é um conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente “ensinados” através das relações sociais, dos rituais, das práticas e da

configuração espacial e temporal da escola. Ou seja, é aquele que influencia e contribui de forma implícita para as aprendizagens sociais relevantes, aprendizagens essas construídas nos momentos recreio, nas filas, momentos importantes para a construção de relações de autoridade, a obediência, o individualismo assim como cita Dreeben (1985).

“A cultura é a dimensão invisível de todo currículo. Então, em uma sociedade marcada pela colonialidade e eurocentrismo, o currículo será também marcado a partir deste lugar, apagando, silenciando ou estereotipando as culturas marginalizadas, pois os processos educativos estão intrinsecamente relacionados aos contextos sociais nos quais se desenvolvem. Nesta exclusão das culturas marginalizadas estão presentes ideologias de dominação com a intenção de desconstruir sua identidade étnico/racial/cultural, consequentemente sua autoestima, seus valores e potencialidade” (FERREIRA, Suyane; ALMEIDA, Bruno; COSTA, Nadja; 2021)

Analisar o currículo pensando sobre a questão étnico-racial é entender que essa temática exige um debate minucioso, é observar e pesquisar como esse tema está sendo apresentado e passado aos alunos, é investigar se a problematização está sendo construída e de que modo está ocorrendo e se a temática está sendo desenvolvida de uma forma decolonial, ou seja, contrário ao pensamento eurocêntrico onde só há uma única verdade, a do europeu colonizador.

Busca-se também analisar o currículo em ação, descrito como um documento preliminar, construído de maneira participativa e cooperativa, de modo a registrar naturalmente a prática pedagógica, as escolhas e políticas inspiradoras do trabalho educacional e docente da rede municipal. Ele é a relação entre a teoria e as práticas de ensino, ou seja, através da análise dos cadernos e interação na aula, é possível regular a programação e o plano dos professores. Com a utilização do currículo ativo ou em ação o pedagogo propõe atividades que permitem a compreensão, interação e memorização dos alunos e criação de rotinas de aprendizado.

## **METODOLOGIA**

Esse artigo foi fruto de uma pesquisa construída de cunho observador participante sem intervenção, qualitativo, bibliográfico e documental e com uma entrevista semi-estruturada.

A pesquisa qualitativa é definida por Lüdke e André (2013) como aquela que tem o ambiente natural como fonte de observação e o pesquisador como seu principal instrumento, uma prática onde que os dados coletados são descritos e que o processo da

pesquisa é mais importante que o resultado, também foca no significado que as pessoas dão à vida e que são foco de análise do pesquisador.

Uma pesquisa tida como documental, de acordo com Mendonça (2017) é a que o procedimento é baseado em análise de documentos classificados como não analíticos, ou seja, documentos que não são classificados como científicos, como imagens/vídeos, documentos que podem ser usados para uma contextualização histórica, cultural, social e econômica.

Já a pesquisa bibliográfica é definida por Sousa, Oliveira e Alves (2021) apud Prodanov, Freitas (2013) como o trabalho de análise elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações e periódicos, jornais, artigos científicos, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da investigação, sendo importante que o mesmo verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as incoerências ou contradições que as obras podem apresentar.

A observação participante para Lüdke e André (2013), é feita quando há a presença do pesquisador no espaço, observando o convívio do sujeito de pesquisa, mas não há uma ação de intervenção com mudanças dentro da situação. É o momento que o pesquisador deve ser um observador que consiga transmitir para as pessoas que lerem a investigação, o que ocorre no grupo estudado tão bem como se fosse um membro desse.

Para Richardson (1999) a entrevista semi estruturada é utilizada para descobrir aspectos de determinada experiência, com o pesquisador já tendo uma base dos aspectos que deseja pesquisar é formulado alguns pontos que serão tratados na entrevista, caracterizando por perguntas com liberdade de expressão pelo entrevistado e guiado pelo entrevistador.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Ao buscar legislações que atravessam a discussão étnico racial na Educação Infantil, a grande referência é principalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que tem por objetivo assegurar o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, por meio do conhecimento da história e cultura afrocêntrica e nacional a todos os brasileiros.

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (Conselho Nacional de Educação, 2004, p.9)

Na Política de Ensino da Rede Municipal de Recife é possível entender o compromisso estabelecido em relação a questão étnico-racial

A relação da inclusão, como prática democrática, também é discutida e subsidiada por programas que vêm sendo desenvolvidos na RMER. Ao tratar de currículo, a Política de Ensino da RMER enfoca a importância de a escola levar os(as) estudantes a conviverem com a diversidade, respeitando as diferenças que configuram o cenário social, contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência crítica. Desse modo, a Diversidade é mais um eixo da Política de Ensino, que envolve as questões de gênero, sexualidade, raça e etnia e educação especial. Nesse contexto, percebe-se a relação do eixo Diversidade da Política de Ensino com as competências gerais da BNCC, com ênfase para a terceira, sexta, oitava e nona competências. (Recife, 2017 p. 26)

O trabalho com a diversidade deve ser levado em consideração, justamente pela sociedade e pelo processo de miscigenação que o Brasil apresenta. Trabalhar a identidade e representatividade desde crianças ajuda no processo de reconhecimento social da criança, permitindo uma conscientização sobre o seu papel ativo na sociedade, como cidadão produtor de cultura.

É importante lembrar que a cultura afroindígena não deve ser trazida de forma folclorizada, como o currículo tradicional propõe, ou seja, priorizando sempre questões convencionais e técnicas, não mergulhando de fato no assunto e o problematizando como deveria ser feito, mostrando essas comunidades apenas em momentos específicos e de forma superficial. Não os relacionando a outros processos construídos nos âmbitos políticos e sociais. O ensino das diversidades deve ocorrer durante todo o processo letivo, e no âmbito de todo o currículo escolar, assim como é afirmado no artigo 6º da resolução nº 7 de 2010.

Art. 6º Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:  
I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (MEC, 2010, p. 2)

Como bem cita Ferreira, Almeida e Costa (2021) a educação formal assume um papel relevante como um dispositivo social para transmissão da cultura garantindo a continuidade do povo e da própria cultura a partir de suas práticas e processos. Contudo, a construção dessa identidade cultural no Brasil é fortemente marcada pelo sistema colonial escravista. Sistema esse que influencia diretamente no processo de demonização e invisibilidade de culturas não europeias e simplificação de processos complexos que são primordiais para a percepção do indivíduo na sociedade, como por exemplo, o processo escravatário, gerador do racismo estrutural no Brasil. Desse modo, a resolução nº 7 de 2010 continua a reforçar a importância desse pensamento crítico para a construção de identidades plurais e empáticas.

§ 3º A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (conforme art. 26-A da Lei no 9.394/96, alterado pela Lei no 11.645/2008). Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias. (MEC, 2010, p. 5)

Realizando uma pesquisa no material didático utilizado pelos educadores, o livro “1, 2, 3... É tempo de aprender” é possível identificar a preocupação com a representação de personagens negros, podendo-se identificar não só a grande quantidade de personagens, mas também a diversificação de representações.

Analisando os materiais paradidáticos dispostos na sala, como os livros no varal, disponível para qualquer criança pegar quando quisesse, foi possível identificar dois livros que abordam a questão negra, um deles é “De alfaia a zabumbas” de Raquel Nader e Rosinha Campo, o outro é “O colecionador de pedras” de Prisca Agustoni e ilustrações de André Neves. Nenhum desses livros paradidáticos foi utilizado durante o processo de observação, nem por curiosidade dos alunos, nem por influência da professora.

Ao realizar a análise do Plano Político Pedagógico da escola foi possível identificar que a temática é presente, nos objetivos da escolas, aparecendo como o desenvolvimento de atividades culturais diversificadas e o combate da discriminação entre negros, brancos, indígenas, homens, mulheres e pessoas portadoras de deficiência. Apesar do documento estar desatualizado desde de 2015, é importante que haja o levantamento dos dados presentes. Ao trabalhar em cima do documento foi possível

identificar que ele apresenta uma tabela de execução de ações de 2013, onde foi notado a presença da ação "Realização de situações didáticas de diversos temas como Meio Ambiente, educação inclusiva, bullying, diversidade cultural afro brasileira indígena" sendo observada o trabalho em todos os meses do ano letivo, ou seja, de fevereiro até dezembro.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Trabalhando em cima dos dados dispostos é possível identificar que a questão étnico racial está sempre atrelada a outras questões, como por exemplo o trabalho com o meio ambiente, o que pode ser um fator importante para não se falar sobre a temática, já que é mais viável e mais comum se falar sobre questões ambientais. Outro ponto é analisar que a temática sempre está sendo atrelada, pelo menos, nos planejamentos mensais atuais, a meses comemorativos, como é abril com o dia dos povos indígenas. A abordagem curricular usada na escola pode ser resumida a uma tradicional, onde há a priorização por questões convencionais e técnicas, através de conteúdos que apresentam uma cientificação desinteressada nas questões políticas-sociais, desse modo não estimulando o pensamento crítico dos alunos.

Por meio da entrevista realizada com as professoras regentes de sala foi possível identificar que há uma preocupação para atender as necessidades dos alunos, entendendo que cada aluno apresenta uma vivência e uma experiência e que essas influenciam sim o processo de ensino e aprendizagem. Durante as observações foi possível notar que esse trabalho de acompanhamento era feito de forma que não constranger o amigo e que despertasse o sentimento de colaboração entre os alunos.

Trazer mecanismos diversos para se trabalhar a questão étnico racial é definitivamente uma ótima abordagem para as crianças. Fazê-los ouvir uma música e pensar sobre a letra é o primeiro passo para o desenvolvimento de um pensamento crítico. Ao trazer abordagens da realidades deles, como por exemplo desenhos, livros, você permite que a criança entenda que aquele conhecimento não é distante do seu cotidiano e experiência de vida. As intervenções também são de suma importância nesse processo de "alfabetização racial", se assim pode ser classificado, mostrar para criança e trabalhar o seu erro faz parte do seu processo de aprendizagem, isso permite que a mesma compreenda os conceitos morais éticos já existentes socialmente. O erro faz

parte do processo de aprendizagem e se ele é percebido e indicado o processo de reeducação têm mais chances de acontecer.

Trazer a criança para esse lugar de sujeito ativo é super fortalecedor para a construção de sua identidade. E permitir que eles conheçam outros espaços além da escola e fazê-los entender que o conhecimento não está em apenas um local, está em todos os locais, mas de formas diferentes. Levar crianças a um museu para entender a questão étnico-racial permite com que eles entendam que um processo que acontecia a 200 anos atrás ainda acontece hoje em dia, podendo não ser nos mesmos termos e acertos, mas acontece, é fazer com que a criança entenda as mudanças e permanências.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo vem aclarar a importância que o currículo tem no desenvolvimento dos alunos dentro e fora do ambiente escolar. O currículo não só como conteúdo mas como ação. É possível notar que as necessidades existem e devem ser reconhecidas, talvez não estejam nítidas, mas um país que sofreu com mais de 200 anos de escravidão deve sim adotar práticas educativas antirracistas desde os primeiros anos da educação básica. Não falar sobre a diversidade cultural, racial e étnica ou não estar preparado para é uma consequência do racismo estrutural e que infelizmente está tão enraizado socialmente que ao trabalhar, ou pensar em práticas que buscam ressaltar o poder dessas comunidade que durante muitos anos, e ainda hoje, foram deixadas à margem da sociedade, o maior impasse dos educadores é se depararem com assuntos que não sabem debater, não sabem argumentar, e esse fenômeno ocorre desde a gestão da escola até os funcionários de limpeza, por exemplo.

Ao realizar essa pesquisa foi possível identificar que uma educação que não se compromete com a diversidade dos sujeitos acaba por reproduzir as desigualdades e violências presentes na sociedade. Afinal uma educação equitativa e decolonial pretende contribuir para que a população entenda o seu papel na reprodução histórica e cultural, fugindo da armadilha racista de verdade única.

Por tudo que vimos e foi exposto acima, sabemos que o trabalho curricular implica comprometimento, busca por desenvolvimento de competências, foco, resiliência e conhecimento da natureza do trabalho a ser desempenhado, visando o desenvolvimento educacional e humano do aluno.



## REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Inaldete Pinheiro de; Racismo e Anti-Racismo na Literatura Infante-Juvenil. Recife: **Etnia Produção Editorial**, 2001.
2. ARAÚJO, Viviane Patricia Colloca; O conceito de currículo oculto e a formação docente; **Revista de Estudos Aplicados em Educação (REAE)**, v.3, n.6, jul/dez.2018
3. DREEBEN, Robert. El curriculum no escrito y su relación con los valores. In: GIMENO, J.; PÉREZ-GÓMEZ, A.(Coords.). **La enseñanza: su teoría y su práctica. Madrid: Akal**, 1985. p. 73-85
4. FERREIRA, Suyane; ALMEIDA, Bruno; COSTA, Nadja. A experiência da Gamificação como estratégia para uma educação afrocentrada. **Encontro de estudos multidisciplinares em cultura (ENECULT)**. Salvador, BA, jul. 2021.
5. LUDKE, Menga & ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. p 12-28, 2013
6. MENDONÇA, Priscilla Bibiano de Oliveira. A metodologia científica em pesquisas educacionais: Pensar e fazer Ciência. **Interfaces Científicas - Educação**. Aracaju, V.5, N.3 p.87-96. 2017
7. RICHARDSON, Roberto Jerry. Pesquisas Social: Métodos e Técnicas. **Editora Atlas S.A**, São Paulo , p 207-219. 1999
8. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2017, 156 .